

Fundação de Sarney fica em convento

O senador José Sarney (PMDB-AP) ganhou ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), a última batalha para garantir a permanência da fundação que leva seu nome no Convento das Mercês, em São Luís (MA). O ex-governador José Reinaldo — um ex-aliado que se tornou o maior adversário da família Sarney — tentou tirar o memorial do ex-presidente do Convento, com apoio, inclusive, da Assembléia Legislativa.

No julgamento final, o Supremo considerou que a lei estadual foi oportunista e fruto de brigas políticas provincianas. O convento foi fundado em 1654 pelo padre Antônio Vieira e integra o patrimônio histórico nacional. Em 1990, passou a abrigar documentos e livros da vida política de Sarney, inclusive o arquivo presidencial, além do mausoléu onde ele quer ser enterrado. No decorrer da briga entre Sarney e José Reinaldo, a Assembléia Legislativa do estado aprovou uma lei estipulando um prazo até 29 de dezembro de 2005 para que a Fundação José Sarney fosse desalojada do convento.

Em nome do parlamentar, a Mesa Diretora do Senado entrou com uma ação no STF contra a assembléia e o então governador José Reinaldo, pedindo que a instituição permanecesse no mesmo endereço. No julgamento, a defesa do senador argumentou que, segundo a Lei 8.394, de 1991, os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro.

66

ESTAMOS DIANTE DE UM CASO EMBLEMÁTICO DE LEI ARBITRÁRIA

99

Gilmar Mendes, ministro do STF sobre a norma derrubada ontem que previa a saída da fundação José Sarney do Convento das Mercês, em São Luís (MA)

Politicagem

O ministro Marco Aurélio Mello, relator da ação e que já havia concedido uma liminar, ponderou que haveria a perda de trabalho de preservação da história republicana e literária nacional se a lei estadual fosse implementada. Os demais ministros concordaram com ele e foram além: consideraram a lei aprovada pela assembléia do Maranhão oportunista e fruto de mera politicagem. “Estamos diante de um caso emblemático de lei arbitrária”, disse Gilmar Mendes. “(Trata-se de) abusivo de poder legislativo em meio a intrigas políticas provincianas”, concordou Sepúlveda Pertence.

Segundo a ação, estão incluídos no acervo da fundação documentos reunidos por Sarney desde 1952 e 37 mil livros, entre os quais edições raras de obras de autores como Castro Alves, Eça de Queiroz e o próprio padre Antônio Vieira. Também constam do acervo 18 mil registros fotográficos e cópias de 70 mil cartas enviadas a Sarney quando ele era presidente.